

Educação. Que caminho seguir?

Vera Rudge Werneck *

Não tem mais saída o problema da educação no Brasil. Estão condenadas definitivamente as escolas particulares e a liberdade de ensino no Rio de Janeiro. Sim, estas são as conclusões a que se pode chegar ante a atual situação em que se encontra a questão, sim, porque numa casa dividida nada se constrói, nada se edifica.

Por que a divisão? Por que conduzir tão mal uma questão importante?

De um lado os professores fechados num *esprit de corps* simplista e estéril sem a consciência do próprio valor e da própria importância social, reivindicando humildemente apenas pequenos aumentos salariais sem perceberem que têm direito a um novo status na sociedade, a condições de vida condignas com a profissão que exercem. Sem perceberem que aquele que escolheu dedicar a sua vida a um ideal de melhoria do ser humano, aquele que despendeu anos da sua mocidade preparando-se numa universidade ou em cursos especializados, aquele que empatou um capital nessa árdua preparação tem direito a exigir um maior reconhecimento deste seu esforço.

Cabe ao professor mostrar à sociedade o valor da sua profissão, procurando um nível de excelência pedagógica, de aperfeiçoamento da sua atuação juntamente com uma situação digna de existência compatível à sua função e que na prática se traduz por uma imensa melhoria salarial.

Do ponto de vista do país, é fundamental que o professor seja bem remunerado para que a profissão estimule os bons elementos e não acabe por se reduzir a ser o

último recurso dos que "não deram para nada", dos que não conseguiram melhores lugares na sociedade. É terrível e reconhecido por todos o baixo nível cultural do professor nos dias atuais, o que de certo modo se justifica pela impossibilidade prática de aperfeiçoamento depois que deixam a universidade e entram no mercado de trabalho.

De outro lado, encontram-se os responsáveis pelas instituições de ensino completamente desunidos, derrotados, desestimulados.

Em primeiro lugar colabora para tal situação a insistência do governo em tratar as instituições de ensino como empresas comuns, sem distinguir suas diferenças fundamentais.

No entanto, pouco se reflete em termos comparativos com outros bens, sobre o quanto se despende com a escola, como a instituição que durante cinco a seis horas por dia se incumbe de educar e de instruir a criança.

Em teoria, consideram justa a reivindicação dos professores, mas desde que não tenham que responder por ela. Fica-se a nível de pensamento mágico. A situação deve melhorar, mas desde que não se tenha que contribuir para isto. Por outro lado, é inconcebível pressuporem que os responsáveis pelos colégios sejam desonestos e a eles e à sua direção confiarem a educação de seus filhos.

No momento em que pais põem em dúvida a lisura moral do responsável por uma escola, fica inviabilizado o processo educacional e não mais podem a ele entregar o seu filho.

Com este desencontro fecha-se o círculo, cria-se o impasse e fica sem solução a questão educacional.

Não seria mais lúcido, mais justo e mais coerente que todos os envolvidos com a educação se reunissem para juntos procurarem solução para tão graves dificuldades?

De um lado, os professores exigindo não apenas melhores salários, mas melhor nível de ensino e de aprendizagem, de modo a se valorizarem como profissionais e assim justificarem melhor remuneração. Os responsáveis pela direção dos estabelecimentos procurando oferecer melhores condições materiais e pedagógicas para o atingimento de um nível de excelência, sem medo, sem desconfiança, cientes de serem empreendedores dignos e valorosos na sociedade e merecedores de ajuda e de respeito por estarem oferecendo aos pais a possibilidade de uma educação formal correspondente aos seus anseios.

Finalmente, os pais refletindo sobre os mais adequados meios de atingirem seus objetivos de melhor educação ao menor preço, buscando saber o real custo do aluno na escola pública e na escola particular, e como os outros países resolveram o mesmo problema, e, principalmente, como poderiam aproveitar o imposto que pagam, de modo a poderem escolher livremente a educação de seus filhos e diminuírem seus gastos com ela.

Sabe-se que o aluno da escola pública custa ao Estado mais do que o das mais caras escolas particulares, o que mostra claramente ser o ensino formal dispendioso pela própria natureza.

As instituições particulares de ensino, diferentemente das públicas, correspondendo ao pluralismo da sociedade, são extremamente he-

terogêneas: são de diferente porte, com fins lucrativos algumas (o que não implica nenhum erro), sem fins lucrativos outras, confessionais umas, outras não, segundo filosofias da educação diversas, umas vivendo apenas a instrução, outras com fins educacionais mais definidos e elaborados.

O que as iguala é apenas a exigência da liberdade na sua ação educacional, para que possam cumprir a finalidade para a qual foram fundadas.

Evidentemente, como em todas as categorias profissionais, podemos encontrar alguns responsáveis por estas instituições que não sejam honestos. Estes devem evidentemente sofrer as penas da lei, mas a grande maioria é constituída por idealistas que, por razões filosóficas e religiosas, tiveram a coragem de assumir uma tão grande responsabilidade de responderem por uma instituição tão cheia de dificuldades. Não são marginais nem criminosos ou gananciosos que visam o lucro fácil, senão teriam procurado outros meios menos trabalhosos de enriquecimento. Por que será que as multinacionais e os grandes empresários não se interessam por tais empreendimentos, deixando-os para serem explorados por religiosos, por grupos de professores ou algum professor solitário mais arrojado? Dificilmente encontram-se "donos de colégios" que não trabalhem nos seus educandários, limitando-se a gozar a vida e a esperarem em casa, no ócio, pelos polpidos lucros.

Será que freiras, padres, religiosos em geral, professores de comprovada dignidade moral que dirigem tais estabelecimentos podem ser considerados como "tubarões de ensino"? Ou será que a escola,

por si mesma, é uma instituição cara porque depende de uma grande folha de pagamento, já que não pode prescindir de uma equipe de professores nem enxugar sua máquina ou diminuir seus custos porque lida com o ser humano, especialmente com a criança, que requer, em quaisquer circunstâncias econômicas, os mesmos cuidados e atenções.

O terceiro grupo dessa comunidade é constituído pelos pais. Esses querem a melhor educação para seus filhos, o melhor ensino mas sem grande preocupação com as exigências práticas que deles decorrem.

A educação é um valor. É a resposta para uma grande carência de seus filhos. É algo que vale por satisfazer a necessidades fundamentais.

Se cada um pudesse beneficiar-se com o imposto que paga obtendo recursos do Estado não para a escola particular mas diretamente para seu filho, ficaria garantida a liberdade de escolha, o pluralismo escolar e minimizados os gastos com a educação para os pais já tão sobreacarregados nos dias que correm.

Enfim, soluções há. Caminhos existem, mas é preciso que os que de qualquer ângulo se interessam pela educação se proponham a buscá-los sem ódios e paixões, de modo a não apenas quererem obter alguma vantagem para si próprios mas a resolverem uma questão que se solucionada beneficiará a todos.

* Psicóloga, mestra em Filosofia, doutora em Educação, professora de Pós-Graduação da Universidade Gama Filho, professora de Pós-Graduação da Universidade Católica de Petrópolis, diretora do Colégio Padre Antônio Vieira (RJ)